

TEXTO PARA DISCUSSÃO



*O Surto de Industrialização do Setor Têxtil a
partir de 1880: Blumenau e Brasil*

*Juliana Daldegaç Lima
João Rogério Sançon*

Nº 05/2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88049-970 – Florianópolis – Santa Catarina
Tel.: (48) 3721.9458 – Fax.: (48) 3721.9776
<http://www.cse.ufsc.br/gecon>**

O SURTO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO SETOR TÊXTIL A PARTIR DE 1880: BLUMENAU E BRASIL

Juliana Daldegan Lima* e João Rogério Sanson**

1. INTRODUÇÃO

A pequena indústria têxtil na região de Blumenau, Santa Catarina, desenvolve-se a partir de 1880, com a criação de uma empresa ainda hoje existente, a Cia. Hering. Batizada de Comercial Gebrüder Hering, por estar vinculada a atividade de comércio de um dos sócios, a fábrica pioneira explora um nicho do mercado local, constituído de artigos de malha, principalmente camisetas, meias e calças. O nascimento dessa fábrica, e de outras do setor têxtil, em Santa Catarina, nos anos seguintes, coincide com um maior crescimento do setor têxtil em todo o Brasil.

Uma hipótese popular na literatura sobre o desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina é a de relativa independência em relação ao desenvolvimento econômico do país. A hipótese cobre especialmente o surto de industrialização do setor têxtil a partir de 1880, consolidado de 1914 em diante. No presente trabalho, contudo, aborda-se o surgimento da indústria têxtil em Blumenau a partir da hipótese de que isso se deu como parte de uma onda de industrialização brasileira desde 1880.

Como se discutirá mais adiante, a teoria da relativa autonomia do desenvolvimento industrial catarinense é apenas uma de várias teorias propostas sobre isso. Aparentemente, a economia catarinense demonstrou certa autonomia. Por exemplo, no início da colônia de Blumenau, em 1850, as famílias viviam basicamente em nível de subsistência, com indústria artesanal voltada para as necessidades locais. Mas nas décadas seguintes, a produção agrícola e extrativa já atingia o mercado regional e, em alguns casos, até mercados nacionais. Os lucros obtidos com tal atividade serviram de base para o início da indústria têxtil, em geral por comerciantes locais (Hering, 1987, p. 85). Essa indústria, em seu início, também atendia apenas o mercado local.

A hipótese da independência da economia local em relação ao centro da economia brasileira é baseada na idéia de empresário schumpeteriano, isto é, de pessoas que exercem a atividade empresarial menos pelos ganhos materiais e mais pela busca de poder, mesmo que apenas pelo sucesso econômico, pelo desejo de vitórias sobre os concorrentes e pelo desejo de criar algo (Schumpeter, 1911, cap.2, seq.3). Por isso, é também denominada de teoria schumpeteriana do desenvolvimento econômico catarinense. Explica-se o desenvolvimento econômico pela presença do empresário inovador, sendo que, no caso de Santa Catarina, o agente inovador é o imigrante germânico.

Simultaneamente, na segunda metade do século XIX, ocorre uma onda de industrialização têxtil no Brasil. Stein (1957, cap.2) registra que o primeiro núcleo de indústria têxtil algodoeira surge na Bahia a partir de 1844. Nas décadas seguintes, esse tipo de indústria desenvolve-se em vários estados. Em 1853, há a contabilização de apenas 8 fábricas. Em 1885, liderado por Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, o setor têxtil algodoeiro já alcança 48 fábricas.¹ Nesse mesmo ano, essas fábricas operam 2.111 teares,

* Economista.

** Professor da UFSC.

¹ O Estado de Santa Catarina não aparece na lista, que, conforme enfatiza Stein, é parcial. Os demais estados são Maranhão, Pernambuco e Alagoas.

empregam 3.172 trabalhadores e produzem 20,6 milhões de metros de tecidos. Em 1905, o número de fábricas passa para 110, e o número de teares, para 26.420, com uma produção de 242 milhões de metros de tecidos (Stein, 1957, apêndice I). Nesse período de vinte anos, o número de teares cresce 13,5% ao ano, contra 10% a.a. nos 19 anos anteriores e 6,8% a.a. nos 10 anos posteriores.

A ascensão da indústria têxtil no século XIX dá-se inicialmente com a produção de tecidos grossos para vestimenta de escravos e trabalhadores livres e para ensacar o açúcar e o café, que é o principal produto de exportação brasileiro no período. Contudo, a produção desse tipo de tecido ocorria pelo menos desde o século XVIII. Por exemplo, em 1755, no litoral da capitania catarinense, portanto 30 anos antes da proibição de tecelagem mais elaborada na colônia brasileira, operam 266 teares, com uma produção de aproximadamente 40 mil metros de panos de linho e de algodão. Piazza (1983, p.153-154) argumenta que a existência dessa manufatura em Santa Catarina coincide com o período da migração açoriana, iniciada em 1748. É bom lembrar que o governo do Marquês de Pombal, a partir de 1750, estimula manufaturas em todo o reino português via políticas mercantilistas e até de apoio público a grandes empresas têxteis em Portugal, muitas delas já existentes. No entanto, anos antes de assumir o governo ele havia criticado o dimensionamento excessivo de algumas empresas em comparação com as inglesas. (Falcon, 2005, p.20-21.)

A novidade no século XIX é a organização em bases empresariais. Além disso, somente a partir da década de 1880 é que as empresas brasileiras começam a substituir as importações de tecidos um pouco mais elaborados (Stein, 1957, p.77). Mas em 1920, a maior parte do tecido importado de consumo corrente havia sido substituída, com exceção de produtos de melhor qualidade (p.109).

O objetivo principal do presente trabalho é comparar o surto de industrialização do setor têxtil de Blumenau com o de outras partes do país. Para isso, o trabalho inclui um panorama do desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil e da região de Blumenau, até o final do século XIX. Entre os objetivos secundários, busca-se, primeiramente, encontrar elementos que permitam verificar se o desenvolvimento econômico de Santa Catarina aconteceu de forma diferente do restante do país.

A seguir, aborda-se o desenvolvimento da economia catarinense com ênfase na região em que surgiu a indústria têxtil. Várias hipóteses sobre as causas do desenvolvimento são mencionadas. Na seção 3, apresenta-se brevemente a evolução da indústria têxtil no Brasil. Na seção 4, abordam-se a origem e o desenvolvimento da indústria têxtil blumenauense e sua possível explicação com base na colonização de pequena propriedade e em condições macroeconômicas favoráveis.

2. HIPÓTESES SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO CATARINENSE

Há muitas hipóteses sobre o desenvolvimento econômico de Santa Catarina, especialmente no que se refere às causas de sua industrialização. Michels (1993) classificou os vários estudos de acordo com o paradigma de cada autor, agrupando-os em quatro grupos: periféricos, schumpeterianos, desenvolvimentistas e outras contribuições.² Goularti Filho (2002, cap.1) revisa essa literatura, atualiza a discussão, critica cada uma das principais hipóteses e inclui grupos adicionais: socioespacial, desenvolvimentista conservador,

² Em relação a Michels (1993), Michels (1998) é uma versão revisada e com um período ampliado de cobertura de políticas governamentais. Contudo, a classificação das teorias de desenvolvimento de Santa Catarina continua a mesma.

crescimento articulado, endogenista/autonomista e braudeliano. Isso sem contar que o próprio autor denomina sua hipótese como a de crescimento articulado. Desconsiderada nessa literatura, há ainda uma abordagem de história econômica discutida exploratoriamente por Lima (2003) — estudo que serve de base para o presente trabalho — a partir de uma sugestão de Ax-Wilhelm e Sanson (2002), e que se baseia em dotações de fatores e em instituições econômicas.

O detalhamento dos vários grupos demandaria um trabalho exclusivo. Opta-se a seguir por classificações amplas, com base no paradigma teórico de cada grupo e com a menção de apenas alguns autores que se considera mais representativos.

2.1. A hipótese schumpeteriana

O grupo da hipótese schumpeteriana coloca como fator principal na explicação da origem da indústria catarinense, embora sem descuidar de outros fatores, o empresário inovador; no caso, o empresário-imigrante europeu e seus descendentes. Esses empreendedores são indivíduos capazes de abandonar caminhos costumeiros para operar com novos produtos e realizar novas combinações no processo produtivo. São dotados de visão empresarial ampla, vislumbram o futuro e ousam. Têm experiência, recursos financeiros de sua pátria de origem e iniciativa. Além disso, nessa hipótese, há a ênfase no fato de que a indústria surge de forma independente das empresas surgidas nos centros econômicos importantes do país. Boa parte da demanda inicial pelos produtos é regional, assim como as poupanças. Dois trabalhos pioneiros nesse grupo são Cunha (1982) e Hering (1987).³ É uma hipótese que já tinha um pé no que hoje se conhece no Brasil como a moderna economia industrial, ao privilegiar o papel do empresário como inovador tecnológico, e outro pé na abordagem de história de empresas.

Goularti Filho (2002, p.47-48) critica a hipótese com base nos textos do próprio Joseph A.Schumpeter. Primeiro, a capacidade inovativa depende do ambiente em que o empresário opera. Segundo, com o crescimento das empresas, o papel do empresário inovador tende a diminuir em favor da administração profissional, burocrática. Terceiro, o surgimento em décadas recentes de cidades industriais no interior paulista é um contra-exemplo, em que ocorre desconcentração industrial sem empresários schumpeterianos locais.

Ainda em relação ao papel do empresário-imigrante europeu, em especial o de etnia germânica, Ax-Wilhelm e Sanson (2002) comparam a evolução das colônias de Blumenau e de São Pedro de Alcântara. São Pedro de Alcântara, localizada na grande Florianópolis, foi a primeira colônia germânica de Santa Catarina, fundada em 1829, portanto 21 anos antes de Blumenau. A evolução das duas colônias foi bastante diferente. Blumenau é hoje conhecida nacionalmente como cidade industrial, enquanto que São Pedro de Alcântara chegou a município apenas em 1994, tendo sido desde o início apenas uma fonte de emigração para outras colônias, inclusive de alguns pioneiros na região de Blumenau antes de 1850. Somente há poucos anos São Pedro entrou para o mercado do turismo étnico, algo que Blumenau explora desde o final da década de 1960.

³ Hering (1987, p.180), ao fechar o capítulo da história da criação das principais empresas, em que o papel do empresário inovador é valorizado, caracteriza o que ela define como o modelo catarinense de desenvolvimento, em que se tem uma "... industrialização determinada por mercado e recursos gerados dentro da economia regional ..." Esse relativo isolamento da economia colonial de 1850 a 1880, com um início de abertura regional até 1914, já havia sido enfatizado por Singer (1977), embora sem a figura do empresário schumpeteriano.

O fundamental nessa comparação é que o elemento étnico é similar. Logo, a evolução das duas colônias precisa ser explicada por outros fatores. Um desses fatores seria naturalmente dizer que haveria diferentes culturas alemãs, mas isso foi considerado via religião e a presença de artesãos entre os imigrantes. Concluiu-se que as diferenças foram relativamente pequenas, sendo a etnia mantida como elemento de controle.

Alguns fatores de natureza geográfica parecem ter sido importantes para a evolução das duas colônias. Elas estão localizadas próximo a cidades já importantes na época de suas fundações: Florianópolis e Itajaí. A disponibilidade de transporte era melhor em Blumenau, por conta da navegabilidade do rio Itajaí-Açu, em contraste com São Pedro de Alcântara que dispunha apenas de um caminho em péssimas condições, sendo na época mais apropriado para animais de carga. Mesmo assim, é preciso lembrar que uma colônia belga fundada rio abaixo, quinze anos antes de Blumenau, não teve o mesmo sucesso. O ambiente econômico nacional, contudo, foi bastante variado no período. Os ciclos econômicos da economia brasileira foram desfavoráveis a São Pedro de Alcântara, enquanto que o governo brasileiro foi mais ativo no apoio a Blumenau, estatizando a colônia dez anos após sua fundação e cuidando dela para projetar uma boa imagem do país no exterior com vistas a atrair novos imigrantes. Foi também um período em que o governo imperial gastou mais no apoio ao desenvolvimento econômico (Leff, 1982, vol.2, cap.5).

Ax-Wilhelm e Sanson (2002) concluem que essa comparação entre as duas colônias cria sérias dificuldades para a hipótese schumpeteriana. Corrobora-se também a importância dada por Schumpeter ao ambiente econômico em que opera o empresário inovador, conforme notado por Goularti Filho (2002).

2.2. Abordagens de economia política

Um dos méritos da ênfase no papel dos empresários do tipo schumpeteriano é ter motivado a discussão posterior. Os demais grupos de autores claramente baseiam-se no paradigma marxista. Alguns são mais ortodoxos ao passo que outros temperam a análise com o paradigma keynesiano ou com a análise cepalina das pequenas vantagens de comércio e da rigidez estrutural. Nesses estudos, a colônia se relaciona com outras regiões dentro do país de forma dependente, dentro de uma evolução geográfica determinada pela hierarquia econômica e social. O grau da dependência varia, mas a colônia tem que vender para poder comprar, ou então precisa tomar dinheiro emprestado para financiar o déficit comercial.

A abordagem do colonialismo interno é a mais ortodoxa e tem como representantes Silva (1978) e Michels (1993). A abordagem da formação socioespacial tem como representante Mamigonian (1965), para o qual a base da acumulação de capital, assim como a evolução econômica em Santa Catarina, está na pequena produção mercantil, dos quais originam-se os grupos econômicos. Buscando uma interpretação para a industrialização catarinense, o autor afirma que o imigrante tem papel importante, pois usa suas técnicas produtivas e pioneirismo na pequena produção mercantil. Mas essa evolução está condicionada pela distribuição espacial da atividade econômica, que também é influenciada pelos próprios imigrantes.⁴

Singer (1977), em sua comparação do desenvolvimento urbano de várias cidades brasileiras, estuda o desenvolvimento de Blumenau e considera dois fatores como importantes: a dificuldade de vender a produção camponesa e a inserção da economia catarinense na economia nacional de maneira gradual por meio de mercadorias

⁴ Goularti Filho (2002) valoriza bastante a interpretação geográfica de Armen Mamigonian.

industrializadas de boa qualidade. O comércio de produtos agrícolas dentro da colônia era limitado, o que não era o caso de produtos manufaturados. Essa base comercial criou um mercado regional nas primeiras décadas da colônia, incluindo o período inicial das primeiras fábricas têxteis.

Segundo os periféricos, o estado de Santa Catarina desenvolveu-se longe do centro dinâmico do país, ou seja, do eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Santa Catarina esteve economicamente ausente do maior mercado consumidor do Brasil e, conseqüentemente, distante do local onde era absorvida a maior parte de tudo o que era produzido no país. O principal representante dessa corrente é CEAG-SC (1980), que usa um enfoque marxista para sua análise das relações na dimensão espacial. Na dimensão temporal, que governa a periodização, usa uma abordagem braudeliana, com sua distinção entre os fenômenos conjunturais e os de longa duração.

Os desenvolvimentistas utilizam as idéias cepalinas, ao destacarem os pequenos ganhos de comércio no longo prazo, decorrentes de uma relação entre centro e periferia. Mas a ênfase desse grupo é menos nas críticas e mais na defesa da ação governamental para o apoio à industrialização, típica do pensamento cepalino. O governo atua como agente que torna real todas as condições desejadas pelos empresários para que sejam incentivadas suas iniciativas. Para que isso ocorra, o Estado deve intervir na economia via planejamento, propiciando infra-estrutura, crédito e educação. Os eventuais problemas econômicos regionais serão solucionados através do planejamento administrativo, do crédito e dos incentivos fiscais. É relevante que a ação estatal é complementar à participação da ação privada. Os desenvolvimentistas, a partir dos anos 1960, participaram decisivamente das políticas econômicas de diversos governos estaduais catarinenses. Um autor representativo desse grupo é Mattos (1968).

2.3. A hipótese das dotações de fatores

Existe uma dotação de fatores que influencia o desenvolvimento econômico de uma região. Em contraste com a teoria schumpeteriana, para a qual o desenvolvimento econômico é principalmente influenciado pelo empresário inovador, a teoria das dotações de fatores postula que a dotação de terra, de capital e de recursos humanos, por exemplo, são fundamentais (Sokoloff e Engerman, 2000).

Uma hipótese importante em história econômica é que a herança institucional de um país ajuda a explicar sua trajetória de desenvolvimento econômico (North e Thomas, 1973). Isso explicaria o desenvolvimento de algumas colônias anglo-saxônicas no continente americano já ao longo do século XIX. Em contrapartida, há outras colônias também de herança anglo-saxônica, junto com as de origem ibérica da mesma região, que não tiveram o mesmo grau de desenvolvimento. Eis algumas explicações por parte dos historiadores da linha institucionalista para o atraso econômico das colônias ibéricas quando comparadas às colônias anglo-saxônicas: baixa proteção aos direitos de propriedade, corrupção, setor financeiro ausente, poucos investimentos em infra-estrutura e capital social, complementados pela falta de amor ao trabalho e de iniciativa empresarial. Além disso, alguns outros fatos explicativos são levantados, entre eles a herança cultural e a religião. Nas colônias ibéricas predomina o catolicismo e nas colônias inglesas, protestantismo calvinista.

A hipótese da dotação de fatores, tomando como base a teoria neoinstitucionalista, visa explicar tais diferenças, com o argumento de que a evolução institucional economiza custos transacionais de formas diferentes, dependendo da dotação inicial de fatores. Com isso evita explicações culturais como aquelas do atraso das colônias ibéricas, que soam mais como uma herança da antiga guerra entre facções cristãs do século XVI. Observou-se que até meados do

século XVIII as colônias de origem francesa e inglesa, localizadas ao norte da América do Norte eram mais atrasadas do que as do resto do continente. Mas, isso não durou muito tempo. Pela análise da colonização dessa região, verifica-se que o clima temperado e semelhante ao europeu foi propício ao cultivo de produtos agrícolas que também existiam na Europa. Ali se realizou uma colonização de povoamento e uma agricultura de subsistência. Ao sul dessa região, entretanto, desenvolveu-se uma colonização de exploração. Algumas características dessa colonização são relevantes como, por exemplo, o desenvolvimento de uma economia fundada na grande propriedade, a utilização de trabalho escravo e a produção voltada para a exportação.

Três tipos de colônias são identificadas no continente americano. Essas colônias se desenvolveram de forma bem diferente, sendo que a alta produtividade do trabalho foi o fator comum encontrado em todos os tipos de colônia.

O primeiro tipo de colônia caracteriza-se pela produção em grandes fazendas, para a produção primária em alta escala e com a utilização de mão-de-obra escrava de origem africana. A produção é de itens agrícolas, voltada para o mercado externo. Os grandes fazendeiros concentram a posse de riqueza, e o poder político é diretamente proporcional a sua riqueza. O principal exemplo desse tipo de colônia é o Brasil, mas isso vale também para várias ilhas do Caribe.

O segundo tipo é o de colônias como México, Peru, Bolívia e algumas ilhas do Caribe. São caracterizadas economicamente como colônias de mineração e baseadas na extração de ouro e prata. As colônias não recebem considerável fluxo de imigrantes europeus, exceto os próprios espanhóis. Por esse motivo, os descendentes de espanhóis exercem poder de monopólio tecnológico, administrativo e político na colônia.

O último tipo é a colonização de povoamento, com desenvolvimento de uma agricultura de subsistência e com base na pequena propriedade familiar e no trabalho livre. Os exemplos são o Canadá e a parte norte dos Estados Unidos. Em contraste, a produção de algodão e de tabaco concentra-se ao sul dos Estados Unidos, em fazendas de grande escala, como no primeiro tipo de colônia.

De acordo com esses três tipos de colônia, o desenvolvimento diferenciado das colônias parece ser explicado pela teoria da dotação de fatores. Em relação, por exemplo, com a dotação de recursos humano nas colônias anglo-saxônicas, naquelas em que a propriedade era pequena e privada, percebe-se que havia homogeneidade socioeconômica entre os colonos. Essa organização possibilitou que a dotação de capital influenciasse o surgimento de uma sociedade mais igualitária, com distribuição de riqueza menos concentrada. Nas colônias ibéricas, a dotação de recursos humanos era heterogênea: num extremo estavam presentes os proprietários das grandes fazendas, que concentravam a riqueza, e no outro estava presente o escravo trabalhador das grandes lavouras. Ainda se tratando de capital humano, percebe-se que nas colônias do norte da América do Norte já havia, por volta de 1800, incentivo à educação básica, embora motivada por fins religiosos, enquanto que nos países latinos o governo só começa a se interessar pelo assunto na metade do século XX. Além disso, as colônias anglo-saxônicas tiveram acesso ao voto de massa mais cedo, dando influência aos interesses ligados ao empresariado industrial.

Na análise a seguir, levanta-se a hipótese de que um importante fator para a industrialização das colônias catarinenses pode ter sido a dotação de fatores. Foram diferentes do restante do país e, simultaneamente, muito parecidas com o tipo de colonização ocorrida no Canadá e no norte dos Estados Unidos.

3. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL NO BRASIL

A presente seção abordará pontos necessários para o entendimento da origem e desenvolvimento da indústria têxtil no Brasil. A exposição será feita com base em Stein (1957). No fim do século XVIII, as fábricas de tecido inglesas começaram a expandir-se. Começava-se a perceber no Brasil que a demanda pelo algodão tendia ao crescimento, com a possibilidade de haver produção industrial local. Havia, entretanto, barreiras à produção brasileira. Um alvará de 1785, em particular, proibiu a manufatura têxtil, isentando apenas a produção de tecidos ordinários de algodão “apropriados para o uso ... dos negros e para enfiar ou ensacar mercadorias em geral” (Stein, 1957, p. 20). Conforme Suzigan (1986), no século XVIII, havia no país a produção de tecidos feitos por maquinarias simples (teares a mão e rocas). A justificativa portuguesa era que a mão-de-obra brasileira deveria estar completamente empregada em atividades voltadas para a agricultura e para a mineração.

A partir de 1808, a restrição à produção brasileira de tecidos foi suspensa. Isso decorreu de a família real portuguesa instalar-se no Brasil, como consequência do Bloqueio Continental decretado por Napoleão Bonaparte. Esse bloqueio consistia em proibir as nações européias de comerciar com a Inglaterra e de impedir que navios ingleses atracassem portos europeus.

Na próxima subseção, descreve-se o surgimento e o desenvolvimento das primeiras fábricas têxteis brasileiras, incluindo a produção do algodão, que é a principal matéria-prima da indústria têxtil, o transporte, as fontes de energia e a mão-de-obra. Na subseção 3.2, discutem-se as ações governamentais relacionadas ao setor.

3.1 As primeiras fábricas têxteis do país

As pequenas empresas que surgiram após a vinda da família real portuguesa para o Brasil não tiveram muita importância. Sobreviveram poucas décadas, apenas enquanto havia apoio governamental e falta de concorrência externa. Porém, por causa da crescente presença de produtos importados concorrentes, a produção artesanal desapareceu, exceto em algumas localidades do país. Um exemplo de sobrevivência era a produção da província de Minas Gerais, onde, segundo Stein (1957 p. 22), “... produzia-se com teares manuais, anualmente, quase seis milhões de jardas em meados da década de 1830 ...” Em 1862, por causa da concorrência de similares ingleses e também de similares nacionais, a produção do “pano de Minas” caiu bruscamente.

Com a suspensão das taxas alfandegárias que incidiam sobre máquinas e matérias-primas, em 1846 e 1847, estimula-se o surgimento de fábricas. Surgem aí as primeiras fábricas verdadeiras de fiação e de tecelagem de algodão. As fábricas de Santo Aleixo, no Rio de Janeiro, e a de Todos os Santos, na Bahia, foram as pioneiras. Possivelmente em decorrência desse estímulo, conforme Stein (1957, p. 28), a “... maior parte das nove fábricas de tecidos de algodão inscritas em exposições nacionais, vinte anos depois, foram fundadas neste período, sobretudo as da Bahia, o primeiro centro manufatureiro têxtil de algodão do país”.

A liberação inglesa da exportação de máquinas têxteis a partir de 1843 também ajudou. Até países europeus, como a França, tinham anteriormente dificuldades de acesso a tais máquinas (Stein, 1957, p.28). Os EUA atraíram um tecelão que, em sociedade com um comerciante, instalou a primeira fábrica americana em 1780, mas a produção só deslanchou, com o aparecimento de novas fábricas, a partir de 1807, num período em que houve embargo de importações de produtos ingleses. Mesmo assim, em 1810 mais de 90% da produção têxtil americana foi atribuída à produção artesanal doméstica, para consumo próprio ou terceirizada

por comerciantes. A indústria deslanchou para a grande escala a partir de 1815 pela combinação de novas técnicas de produção com a formação de grandes sociedades anônimas por comerciantes (Ratner *et al.*, 1979, cap.8).

A Bahia foi o local pioneiro para a instalação das fábricas basicamente por causa da presença de matéria-prima, fontes de energia e mercados rurais e urbanos relativamente grandes. A matéria-prima, chamada algodão bruto, era cultivada no interior do Estado da Bahia desde o fim do século XVIII. O algodão produzido era então, em sua maior parte, exportado. Outros motivos faziam do Estado da Bahia um pioneiro. Além de dispor de matéria-prima, possuía sistema portuário e fluvial, o que foi de extrema importância para o transporte de maquinaria. Essa maquinaria dispunha ainda de fonte hidráulica de energia. A enorme população escrava, tanto na capital quanto no interior, juntamente com um grande contingente de trabalhadores livres constituíam potenciais consumidores de tecidos grossos. As dificuldades dos senhores de engenho com baixa lucratividade em suas atividades tornavam atraentes novas oportunidades de investimento, facilitando o financiamento da atividade têxtil.⁵ Por fim, a taxa de panos importados para o ensacamento dos produtos exportados incentivava a produção nacional de tecido, reforçando assim as vantagens locais. De 1866 a 1885, o número de estabelecimentos fabris que produziam tecido aumentou 140% na Bahia. Em contrapartida, sua participação nacional caiu por conta da expansão simultânea da indústria em outros Estados.

Como o objeto de estudo deste trabalho é a indústria têxtil, enfoca-se agora sua principal matéria-prima, o algodão. Na verdade, o algodão é planta nativa do Brasil e já era tecido pelos índios antes da chegada dos portugueses.

O clima quente e seco do Nordeste era propício para o cultivo da planta. Além disso, cultivar algodão requeria menos capital do que o investido em outras culturas como, por exemplo, a cana-de-açúcar. O Brasil era um fornecedor importante para as indústrias têxteis inglesas da matéria-prima no período de 1780 a 1820. Entretanto, a demanda pelo algodão cresceu mais do que a produção brasileira e, conseqüentemente, a Inglaterra começou a importar algodão de outros países: Estados Unidos, Egito e a Índia. Explicar o declínio relativo do algodão brasileiro após 1820 e a preferência da Inglaterra em importar algodão de outros países não é fácil. Possivelmente, a posição do Brasil de importante fornecedor só permaneceu enquanto os Estados Unidos se restabeleciam da sua guerra de independência. Conforme Stein (1957, p. 221):

Explicação mais satisfatória é o custo elevado do transporte do interior até os portos do litoral. O algodão do vale do S. Francisco, embarcado nos anos cinqüenta para o porto da Bahia, quando ainda não existiam ferrovias, pagava despesas de frete de 7s a 9s 4d por arroba, sabendo-se que o preço de mercado variava de 11s 8d a 14s; a diferença não era considerada uma remuneração razoável.

Mesmo assim, na década de 1860, as exportações de algodão cresceram devido à escassez do produto na Europa. Por três vezes, entre 1865 e 1875, as exportações brasileiras

⁵ Há uma controvérsia sobre como as poupanças foram canalizadas dos fazendeiros de café para a formação das empresas industriais no Brasil, e isso deve ser relevante também para as indústrias da Bahia. Dean (1979) propõe a hipótese de que o papel principal na criação das novas empresas do Sudeste foi interpretado pelos comerciantes ligados ao comércio exterior. As poupanças dos fazendeiros teriam sido apenas uma das fontes de financiamento. E a ligação com o comércio exterior facilitaria a transferência de tecnologia. Segundo Bossle (1988, p.32-38), também no caso catarinense o papel dos comerciantes locais e os ligados ao comércio exterior teria sido o principal no financiamento inicial da indústria têxtil.

ultrapassaram cem milhões de libras, o que representava de 6 a 7 vezes as exportações médias anteriores à guerra civil americana. Mas após o término da guerra, os EUA voltam ao mercado e, para o Brasil, o reflexo foi o colapso do *boom* algodoeiro. A diminuição das exportações brasileiras, a partir de 1873, deu-se principalmente pelos seguintes motivos: queda das cotações do algodão na bolsa de Liverpool; o transporte precário por terra do produto e de alto custo; produção oriunda principalmente de pequenos produtores, com baixa qualidade; e tarifas altas sobre as exportações.

Essa queda nas exportações, no entanto, estimulou o crescimento do setor têxtil brasileiro. Isso porque, com o declínio do algodão brasileiro no mercado internacional, ocorreu abundância de algodão ofertado internamente, com a conseqüente queda nos preços. As nove fábricas de tecido instaladas no país produziram quatro milhões de metros de tecido em 1866. Até 1885, a produção passou para 20 milhões de metros, com 42 fábricas instaladas no Brasil. Mas a expansão da indústria nesses anos não foi acompanhada pela expansão do cultivo do algodão nacional, que, por conta da queda das exportações, tornou-se uma cultura marginal, e nem havia meios de transporte adequados entre as regiões produtoras de algodão e as fábricas de produtos têxteis.

Além do algodão, essas indústrias precisavam de transporte, energia e mão-de-obra. A concentração de teares e fusos no Rio de Janeiro está relacionada ao crescimento da população e da atividade comercial e agrícola naquele Estado. Um elemento importante para o avanço da indústria têxtil foi a construção de uma rede de estradas de ferro ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais após a década de 1860. A construção da estrada de ferro foi fundamental: 66,6% das pequenas fábricas existentes em Minas Gerais em 1887 estavam situadas junto a ferrovias e junto à região paulista de Sorocaba, Salto e Tatuí, cidades beneficiadas por estradas de ferro.

Como fonte de energia, as fábricas fundadas nos anos de 1840 eram movidas, em sua maioria, por força hidráulica, por ser barata e acessível. Posteriormente, começou-se a substituir a força hidráulica pelas turbinas a vapor, movidas por lenha ou carvão. Com essa progressiva substituição, as fábricas fluminenses beneficiaram-se, pois, com o desenvolvimento do porto do Rio de Janeiro, adquiriam carvão importado. Em 1899, havia, no Rio de Janeiro, 11 fábricas com energia a vapor contra apenas 7 com energia hidráulica (Stein, 1957, p.37).

O mercado de trabalho era limitado e o tratamento dado aos trabalhadores era similar ao tratamento dado aos trabalhadores das grandes propriedades rurais. Nos primeiros anos após a abolição da escravatura, a situação dos ex-escravos não mudou muito: o recrutamento e o treinamento da força de trabalho nas fábricas têxteis ainda eram inspirados nos princípios de uma sociedade escravagista (p. 63).

O setor têxtil absorvia mão-de-obra estrangeira especializada. A contratação de mestres em fiação e tecelagem era fundamental, pois os mesmos eram uma forma de transferir tecnologia. Após ensinarem o ofício, aos estrangeiros restavam duas alternativas: serem absorvidos pela massa de trabalhadores têxteis brasileiros, tentarem um negócio ou retornarem aos seus respectivos países.

É interessante observar que o recrutamento de mulheres e crianças era normal e, particularmente, “visto com bons olhos”.⁶ Segundo os empresários da época, não havia algo

⁶ “ Dos 150 brasileiros “livres”, com menos de 25 anos de idade, de ambos os sexos, que trabalhavam nessa mesma fábrica, 70 eram mulheres retiradas das classes mais pobres, algumas da mais negra miséria.” Ver Stein (1957, p. 66), que cita um relatório de presidente de província.

tão humanitário e filantrópico quanto contratar essa mão-de-obra ociosa que lotava os asilos, orfanatos e instituições de caridade e que, com isso, trazia ônus fiscal para o Estado. De acordo com Stein (1957, p.66), dada essa situação dos pobres, principalmente mulheres e crianças, as ações desses empresários têxteis eram vistas pela sociedade como filantrópicas:

Os empresários da indústria têxtil algodoeira recrutavam a sua mão-de-obra não especializada nos orfanatos, nos juizados de menores, nas Casas de Caridade e entre os desempregados das cidades do litoral. Ao se utilizarem dessas fontes de mão-de-obra, os proprietários das fábricas asseguraram o desenvolvimento de um segmento industrial da economia brasileira, convertendo-se, ao mesmo tempo, em benfeitores e filantropos; ambos os papéis estavam entrelaçados, e disso tinham plena consciência os empresários e os observadores da época.

A ampla oferta de trabalhadores estava associada a baixos salários e a longas jornadas de trabalho ininterrupto. Com o crescimento da proporção de trabalhadores livres no setor e da ampliação de outras opções de trabalho, porém, esses trabalhadores passaram a rejeitar tais jornadas. Em meados da década de 1870, havia no país escassez de oferta de trabalhadores para a indústria têxtil. O excesso de demanda elevou, a partir desse período, os salários do setor (p.67).

3.2. Ações do governo

A facilidade de crédito aos industriais no início da República e a proteção tarifária nos últimos anos do Império foram importantes propulsores do surgimento de novas fábricas têxteis. Os investimentos na indústria têxtil foram moderados até a metade da década de 1880. Há evidências, segundo Suzigan (2000, p. 132-133 e 400), de que ocorreram dois surtos de desenvolvimento do setor têxtil no período anterior à década de 1880. O primeiro de 1865 a 1873 e o segundo de 1885 a 1895. No primeiro surto, o Brasil passava pelas conseqüências de uma política monetária expansionista com valorização, em termos reais, do mil-réis. A conseqüência dessa política foi a queda do preço real dos bens de capital importados, necessários para produzir tecidos. No segundo surto de investimentos, além de redução considerável nos preços de importação, houve o maior avanço no desenvolvimento da indústria têxtil brasileira. Surgiram 47 novas fábricas, a maioria delas organizadas como sociedades anônimas e com divisão equilibrada entre o Norte-Nordeste e o Sudeste, e expansão de outras. Essa proliferação de novas fábricas e a ampliação de instalações já existentes deu-se especialmente nos primeiros anos após a proclamação da república no Brasil. Nesse período, entre 1889 e 1891, ocorreu forte expansão do estoque de moeda no Brasil e, conseqüentemente, maior facilidade para que antigos e novos empreendedores obtivessem crédito.

Além disso, outro fator motivava os empresários: aumentava, gradualmente, a proteção tarifária ao mercado interno. Villela (2005) lista as várias reformas tarifárias do período de 1850 a 1889. Na década do início das empresas catarinenses, houve reformas em 1879, 1881, 1887, 1889 e 1890. Em geral, os aumentos tarifários tinham a função de combater o alto déficit público que vinha desde a Guerra do Paraguai e continuou até 1888. De acordo com Villela (2005, p.52), a indústria têxtil era protegida desde a reforma tarifária de 1844, conhecida como Tarifa Alves Branco, "... sob a forma de isenção de direitos de importação de máquinas e direitos mais baixos cobrados sobre a importação de insumos (fios e carvão mineral, usado nas máquinas a vapor)". Contudo, a partir da reforma de 1887 manifesta-se claramente a intenção de criar uma estrutura tarifária protecionista mais ampla, em que o setor têxtil algodoeiro, cujos produtos eram os principais componentes da pauta de importações, é

claramente beneficiado. As tarifas eram mais leves quanto menos elaborados fossem os insumos, em comparação com a tarifa predominante de 30%. Um dos exemplos mencionados (p.45) é o da indústria têxtil:

... “algodão”, “linho e juta” e “seda” (classes 15 a 18 da Tarifa). Em todos estes casos os insumos ou o produto em fase inicial de elaboração eram taxados em apenas 15%, ao passo que o bem final (“em tecidos e obras”) era gravado em 48% e, no caso da seda, em 60%.

O custo real das importações totais, que leva em consideração tanto as tarifas como a taxa real de câmbio em mil-réis por libra esterlina, cai sistematicamente a partir de 1865. Durante a década de 1880, volta a subir, ao redor de 20%, e estabiliza até 1887, quando retoma a tendência de queda. Villela (2005) complementa essa evidência pelo cálculo de coeficientes de correlação parcial e de regressão. O maior impacto sobre o nível de importações totais, no período de 1850 a 1889, decorre das variações no câmbio nominal e no diferencial de inflação entre o país e seus parceiros comerciais. É bastante provável que essa influência do câmbio real sobre o total de importações seja válida também para as importações de têxteis de algodão.

4. O SURGIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM SANTA CATARINA

Aborda-se a seguir o surgimento da indústria têxtil na região do Vale do Itajaí, e mais precisamente em Blumenau. Essa descrição está fortemente influenciada pela hipótese schumpeteriana, como discutido mais acima, por conta de os principais trabalhos sobre o assunto terem sido feitos com base nela. Segundo os schumpeterianos, é bom lembrar, a inovação tecnológica, proveniente da ação empreendedora e inovadora dos empresários, foi responsável pela industrialização de Santa Catarina. O empresário inovador, nesse caso, foi o imigrante, especialmente o de origem germânica. Esses empresários inovadores, em alguns casos, já eram artesãos em seu país de origem. Mas, a essa visão contrapõe-se, em seguida, a hipótese da dotação de fatores. Apresentam-se também novas evidências da simultaneidade do crescimento da indústria têxtil no Brasil e em Santa Catarina.

4.1 As primeiras empresas

Na teoria desenvolvimentista de Schumpeter são considerados os fatores que estimulam o empresário a investir. Há ênfase nos fatores psicológicos, como, por exemplo a necessidade de criar, a vontade de lutar, conquistar e alcançar êxito. Além disso existem fatores como o prestígio alcançado com a atividade empresarial e a possibilidade da eventual mobilidade social ascendente, ou seja, num sentido vertical.

Ainda segundo a hipótese schumpeteriana, os empresários inovadores agem com “agente de poupança”, pois cabe a eles mesmos decidir a respeito da retenção dos lucros nas empresas e da possibilidade de reinvestimento. Conforme Hering (1987, p. 86), “(...) esse aspecto servirá para caracterizar a feição própria dos empreendimentos industriais no Vale do Itajaí, que historicamente se distinguem pela capitalização e investimento de recursos autogerados”. Bossle (1988, p. 34-35), por exemplo, rejeita a hipótese de que a origem do capital da indústria têxtil em Santa Catarina seja proveniente de lucros do setor cafeeiro, tal como teria ocorrido no sudeste brasileiro.

É importante ressaltar que, assim como aconteceu com outras fábricas no restante do Brasil a partir de 1880, em Santa Catarina também houve surto de investimento e criação de novas fábricas inicialmente voltadas para seus respectivos mercados regionais, como a

Comercial Gebrüder Hering e a Roeder, Karsten & Hadlich, em Blumenau; a Dohler, em Joinville; e a fábrica de Carlos Renaux, em Brusque.

Carl Gottlieb Dohler fundou sua empresa em 1881. O parque industrial têxtil de Joinville consolidou-se a partir da chegada da ferrovia em 1910, que integraria a cidade, por esse modo de transporte, com o resto do país (Ternes, 1984, cap.8). Blumenau só conseguiu uma ferrovia de algumas dezenas de quilômetros na própria região, sem integração com a malha ferroviária nacional, e seu desenvolvimento industrial dependeu, por um longo período após a fundação, do transporte fluvial. A extensão da ferrovia até o porto de Itajaí ocorreu apenas em 1954 (Giesbrecht, 2004), quando o país já estava na era da integração rodoviária e mesmo assim sem integração com a malha ferroviária nacional.

A fábrica de Carlos Renaux foi fundada em 1892 como um apêndice a suas atividades comerciais. Curiosamente, porém, a criação da fábrica decorreu da iniciativa de um grupo de tecelões poloneses, estabelecidos na região a partir de 1889. Carlos Renaux, um emigrante alemão, era comerciante em Brusque e viabilizou a idéia, como um verdadeiro empresário schumpeteriano. Um tecelão, que emigrou da Polônia em 1896 e, em seguida, tornou-se empregado de Carlos Renaux, criou em 1911 sua própria empresa, a G.Schloesser & Filhos. A nacionalidade desses tecelões pode gerar dúvidas étnicas. Por exemplo, os sobrenomes de alguns deles, como Schloesser, Kreibich e Petermann, eram tipicamente germânicos, refletindo sua origem étnica. A nacionalidade apenas refletia as flutuações seculares das fronteiras entre a Polônia, a Rússia e a Alemanha. (Hering (1987, p.146 e 173.)

Essas fábricas ou as que derivaram delas destacam-se nacionalmente hoje. Goularti Filho (2002, p.94-95) faz um resumo conveniente da evolução das principais empresas.⁷ Focaliza-se a seguir duas das mais importantes empresas pioneiras da colônia de Blumenau: a Comercial Gebrüder Hering e a Roeder, Karsten & Hadlich.

4.1.1. Comercial Gebrüder Hering

Tem-se a Comercial Gebrüder Hering como a primeira fábrica têxtil de Santa Catarina. Os irmãos Hermann e Bruno Hering, ambos artesãos têxteis que emigraram da Alemanha, iniciaram a fábrica com apenas um tear circular em 1880. Hermann havia chegado a Blumenau dois anos antes e, depois de tentar várias atividades, montou uma venda, com a intenção de entrar no ramo de importação de confecções alemãs. Nesse período, adquiriu de um imigrante suíço, em Joinville, o pequeno tear circular manual de madeira que serviria de base para montar com o irmão a malharia em Blumenau.⁸ A nova atividade da empresa deu certo. Ao longo da década de 1880, a fábrica aumentou sua maquinaria básica para 10 teares circulares; em 1905, atingiu 30 e, em 1914, 90. Em 1892, os Hering mudam parte do processo produtivo para instalações com energia hidráulica. Os investimentos em bens de capital continuam e, entre 1892 e 1905, o crescimento médio anual nos investimentos em maquinaria é de 27,3%. Também entre 1892 e 1905, os investimentos em imóveis têm crescimento médio anual de 20%. Com a diminuição das importações da Europa no período da I Guerra Mundial,

⁷ Parece necessário, nesse resumo, corrigir a data da fundação da Buettner, que é 1898, de acordo com Hering (1987, p.171), em vez de 1875. Essa empresa especializou-se na produção de artigos bordados.

⁸ Embora não seja dado destaque, Hering (1987, p.89) informa que esse imigrante suíço vendera o tear por ter sido "abandonado pelos sócios". Se fora uma empresa desfeita em Joinville, isso significaria que a primeira empresa têxtil de Santa Catarina teria sido fundada em Joinville, embora não tivesse sido levada adiante. Como é usual na história econômica focada em história de empresas, as empresas desaparecidas em geral não contam. Mas do ponto de vista de testes de teorias do desenvolvimento econômico, elas também devem ser estudadas, pois podem, no mínimo, servir como elementos de controle.

a empresa extrapola o mercado sulino e se consolida nos mercados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nos anos 1960, torna-se exportadora e atinge o *status* de maior malharia da América Latina.⁹

O nicho explorado pela empresa foi um dos elementos cruciais para o sucesso do empreendimento. Seus teares circulares produziam artigos de malha, inéditos na indústria têxtil brasileira, mas tinham a concorrência de artigos similares importados. Poucos anos após a fundação, a empresa ganhou uma medalha de prata numa exposição em Porto Alegre pela fabricação de ceroulas e camisetas, constando no catálogo "... que essa era a única fábrica no gênero em todo o Brasil". Mas em 1908, quando a empresa ganhou novo prêmio, agora uma medalha de ouro, numa exposição nacional no Rio de Janeiro, ficou implícito que havia concorrentes nacionais (Hering, 1987, p.95 e 100). Pela história da empresa, pode-se deduzir que seu alto poder de mercado na produção de malhas continuou por muito tempo.

Na verdade, a empresa era altamente integrada, pois combinava fiação, tecelagem e confecção, praticamente desde o início. Embora integrar a fiação e a tecelagem fosse comum nas primeiras empresas têxteis, a inclusão também da confecção não era. A empresa fabricava nos primeiros anos artigos de malha como camisetas, ceroulas e cuecas para agricultores do nordeste catarinense. Já na fase de expansão para o mercado nacional, incluiu também camisas e macacões.

Embora o crescimento da fábrica fosse contínuo, houve dificuldades iniciais quanto ao uso do tear circular e à adaptação das peças para maquinaria solicitadas aos parentes na Alemanha, sem contar a descontinuidade no fornecimento de matéria-prima. Hermann Hering provinha de uma família de artesãos têxteis. Segundo Hering (1987, p.87), "... desde 1676 todos os membros do sexo masculino da família foram, sem exceção, tecelões ou mestres de tecelagem e malharia". Contudo, o treinamento de Hermann, que havia atingido o nível de mestre em tecelagem, assim como de seu irmão, foi insuficiente para dominar a lógica de funcionamento do primeiro tear circular, e se fez necessária a ajuda de outro artesão germânico, morador há vários anos na colônia, para iniciar a produção com um mínimo de qualidade (p.93). Essa transferência de tecnologia vai se aprofundar com a compra de novos teares circulares e máquinas de costura, e fica evidente quando da instalação da unidade de fiação, completada em 1913, em que o equipamento foi importado da Alemanha, num período em que os equipamentos alemães concorriam com os ingleses.

Para atender à crescente demanda, a empresa tinha necessidade de fornecimento regular de fio de algodão que, desde o início, era importado da Alemanha. Como o fornecimento era incerto, a fábrica passava por períodos de estagnação no trabalho. A solução para esse problema deu-se com a instalação de sua própria fiação. Em decorrência disso, a fábrica pôde garantir sua sobrevivência nos anos posteriores, principalmente nos anos da guerra, principalmente nos anos em que as relações comerciais com a Alemanha foram cortadas (p.97). Essa relação com o mercado alemão de insumos, ocorria também na compra de corantes e anilina.

Quanto à mão-de-obra, fez-se necessário, nos primeiros anos de funcionamento da fábrica, apenas a mão-de-obra familiar. Como a fábrica passava por um período de constante expansão, houve necessidade crescente de se contratar mais mão-de-obra. Em 1900, a fábrica contava com 30 empregados, passando para 300 em 1914. No último decênio do século XIX e começo do século XX, não havia contrato de trabalho; a relação entre o empregador e o empregado da Comercial Gebrüder Hering assemelhava-se ao paternalismo.

⁹ Além de Hering (1987), ver Cia.Hering (2005).

O capital da empresa era inteiramente de propriedade da família, dividido entre os irmãos Bruno e Hermann Hering. Algum tempo depois, cotas foram distribuídas entre os seus descendentes. Depois de dois empréstimos iniciais junto ao superintendente da colônia, Hermann Blumenau, e a outro comerciante, para resolver uma emergência causada por uma enchente, a empresa financiou sua ampliação, durante 30 anos, com lucros retidos e com empréstimos de agricultores.

Na verdade, os donos de venda operavam naquele período como banqueiros informais, aceitando depósitos remunerados dos agricultores. Isso foi algo comum para boa parte das empresas formadas no período em todo o nordeste catarinense. Em 1902, esses depósitos de terceiros representaram 25% do passivo da empresa dos Hering (p.105). Essa importante fonte de financiamento, também utilizada amplamente pela empresa de Carlos Renaux, refletia tanto a falta de bancos na região como o grau de confiança financeira que os empresários conseguiam junto aos colonos.

Há registro de cobrança de taxas por parte de alguns vendedores para o recebimento de depósitos dos colonos, o que pode ser caracterizado como juros negativos (Hering, 1987, p.59). Isso possivelmente refletia uma alta liquidez no período, dado que os comerciantes tinham a opção de depositar esses recursos nas cidades maiores que dispunham de bancos ou em banqueiros informais com maior escala. Algumas das maiores casas comerciais tinham ligações até com bancos internacionais que tinham filiais em cidades brasileiras maiores (p.46). Havia também um número razoável de comerciantes na região, o que implica um grau de competição não desprezível. Blumenau passa de 5 casas comerciais em 1861 para 27, em 1885. Brusque tinha 14 em 1876 (p.64-65 e 70). Na verdade, é comum no Brasil a cobrança de taxas de clientes de bancos na atual fase de inflação relativamente baixa. Em períodos de deflação, como ocorria freqüentemente antes do aparecimento das políticas keynesianas, a cobrança de taxas seria pré-requisito para aceitar depósitos.

O sistema financeiro da região de colônia era constituído até 1907 pela ação informal dos vendedores. A partir de então, passam a ter a concorrência de cooperativas de crédito agrícola. A primeira delas foi a Caixa Cooperativa do Sindicato Agrícola de Blumenau, comandada pelos principais comerciantes do município (Singer, 1977, p.119). A primeira agência catarinense do Banco do Brasil foi a de Florianópolis em 1916 (Goularti Filho, 2002, p.184-185). Mas, para a unidade de fiação mencionada acima, a empresa dos Hering obteve financiamento, em 1910, junto a uma empresa de Hamburgo, Alemanha, a Augusto C.de Freitas GmbH.¹⁰ Essa empresa, que fornecia equipamentos industriais à região, também financiou uma grande compra de equipamentos para a empresa de Carlos Renaux (Hering, 1987, p.125).

As ligações com empresas de comércio externo como essa podem também serem vistas como meio de transferência de tecnologia. Essa transferência começa com as ligações familiares dos Hering, mas depois segue o caminho comum de outras empresas brasileiras do setor, conforme discutido acima.

4.1.2. Roeder, Karsten & Hadlich

O imigrante alemão Johann Karsten, que viera para o Brasil em 1860, liderou a fundação da empresa Roeder, Karsten & Hadlich em 1882. Junto com seus sócios, Karsten instalou a tecelagem junto a sua atividade comercial e de beneficiamento de milho (atafona), aproveitando a energia hidráulica disponível na região de Testo Salto, a poucos quilômetros

¹⁰ A abreviação GmbH significa o tipo de empresa, no caso uma empresa limitada.

do centro da colônia de Blumenau. Em sociedade com Heinrich Hadlich, estudou as atividades necessárias para começar a fábrica: Johann Karsten ficou encarregado de construir o prédio e Heinrich Hadlich viajou para a Alemanha em busca de máquinas necessárias e de um técnico que soubesse como tais máquinas funcionavam. No Rio de Janeiro, encontrou Gustav Roeder, técnico em tecelagem emigrado da Europa, interessou-se pelo projeto e integrou-se ao grupo como sócio. Roeder permaneceu onze meses na Alemanha e trouxe seis teares e uma fiação com 300 fusos. (Hering, 1987, p.106-110.)

A fundação da fábrica, já no seu início, incentivou outra atividade na colônia: o plantio de algodão. Mencionou-se acima que nos anos 1880 o mercado algodoeiro estava em crise e que havia dificuldades de abastecimento à indústria têxtil por conta da falta de integração comercial entre os produtores de algodão do Nordeste e a indústria têxtil do Sudeste. Mais difícil ainda seria a situação de empresas em locais mais distantes e de difícil acesso como as empresas de Blumenau. Isso explica a tentativa de produzir algodão localmente. Nas imediações da nova fábrica, surgiu uma cooperativa de plantadores de algodão com quarenta colonos. O plantio, entretanto, durou apenas quatro anos, com o fechamento da cooperativa. A fábrica concluiu que, para que suas atividades continuassem, o fio de algodão deveria ser importado, fechando-se a fiação. Esse fato fez com que a empresa, de 1914 a 1918, parasse sua produção devido ao corte nas importações de fio durante a I Guerra Mundial e que retardasse, por alguns anos, seu crescimento. Isso pode ser contrastado com a estratégia da Comercial Gebrüder Hering, que pôde se beneficiar do período da guerra para expandir seu mercado por ter integrado a fiação anteriormente.

Os panos produzidos pela empresa, mais rústicos e firmes, eram voltados para os colonos. Mas desde cedo, houve esforço para produzir panos mais finos com vistas a concorrer com os importados. Como mencionamos na introdução, foi na década de 1880 que as empresas do resto do Brasil, já consolidadas, começaram o processo de substituição de importações de tecidos mais finos.

Assim como a Hering e a Carlos Renaux, a Roeder, Karsten & Hadlich operou também com depósitos remunerados dos colonos. Além de Karsten, também Hadlich era comerciante na região. Assim, possivelmente ambos operavam como banqueiros informais. Esse financiamento de origem local, comum às várias empresas industriais do nordeste catarinense, nas primeiras décadas de seu aparecimento, tem levado à rejeição da hipótese do colonialismo interno.

Roeder, em 1885, e Hadlich, em 1886, retiram-se da sociedade e a empresa passa a chamar-se Companhia Têxtil Karsten. Roeder funda, em seguida, a Empresa Industrial Garcia, também no ramo de tecelagem, mais especificamente, toalhas de mesa e toalhas felpudas. Roeder vende a empresa para comerciantes de Blumenau e Itajaí. Em 1918, entra também um sócio de Curitiba, numa fase em que as fontes de financiamento da expansão das empresas têxteis catarinenses não se restringiam mais aos lucros retidos e às poupanças dos colonos. A Empresa Industrial Garcia começou com fiação própria e, como a Cia.Hering, pôde ampliar mercados durante a guerra.

4.2. O ambiente macroeconômico e as ações do governo

Viu-se acima que a década em que as empresas têxteis catarinenses foram criadas foi de aprofundamento de uma política tarifária favorável à indústria têxtil que vinha desde a Tarifa Alves Branco de 1844. Isso é registrado por Hering (1987, p.90), com base numa carta do próprio Hermann Hering em que ele compara as vantagens de comercializar meias importadas versus as de produzir tecidos de malha: "... apesar dos artigos de meia importados terem a vantagem de um custo de produção mais baixo, precisam passar por vários

intermediários e pagar alta taxa, enquanto o fio de algodão importado entra praticamente livre de imposto."

Exceto pela política tarifária, a ação estatal brasileira no período tem sido descrita como desestimulante às atividades econômicas, especialmente as industriais. E quando foi dado o estímulo, isso foi feito de forma desastrosa. Hering (1987, p.113), com base em autores como Stanley Stein e Nícia Vilela da Luz, o que é repetido e aprofundado por Haber (1997), menciona as dificuldades de se montar sociedades anônimas. Era preciso uma autorização imperial. Empresas familiares ou sociedades como as montadas em Blumenau tinham dificuldade de atrair novos sócios via venda de quotas, sem contar a dificuldade de emitir títulos de crédito negociáveis no mercado financeiro, algo já praticado por algumas poucas sociedades anônimas na praça do Rio de Janeiro. No início da República, foi-se para o outro extremo dentro das políticas que resultaram no período do Encilhamento e no esvaziamento do incipiente mercado acionário do país (Haber, 1997, p.151-152).

A partir de 1880, período em que surgiram as principais indústrias têxteis catarinenses, houve facilidades de crédito e emissão de papel-moeda. Como se viu acima, com base em Villela (2005), o elemento mais importante para viabilizar as iniciativas dos empresários schumpeterianos pode ter sido, no final das contas, um câmbio real favorável para a compra de equipamentos e de matéria-prima importados. A taxa de câmbio nominal caiu 30% entre 1885 e 1889, efeito esse reforçado por um aumento dos preços internos em 8% (Villela, 2005, p.68).

O sistema financeiro nacional, com seu pouco desenvolvimento, só alcança as empresas da colônia na medida em que elas consolidam sua posição no mercado do Sudeste. Como descrito acima, as empresas pioneiras financiaram-se com lucros retidos, empréstimos dos colonos e dos fornecedores. Os empréstimos dos colonos eram um arranjo informal que se pode ver tanto como serviço de aceitação de depósitos bancários como de emissão de títulos pelos comerciantes-industriais, embora não negociáveis.

Na área de infra-estrutura, especialmente na área de transporte, o Estado aparentemente teve pouca influência na zona de colônia. Em 1865, inaugurou-se uma estrada entre Blumenau e Itajaí (Itajaí, 2005), o que complementou o transporte fluvial, embora esse modo de transporte tenha continuado dominante e integrado à navegação de cabotagem. Brusque teve construída uma picada para o trânsito com animais até Itajaí em 1875, tendo também continuado a depender do transporte fluvial. Mesmo assim, em 1929 a empresa de Carlos Renaux era responsável pela manutenção da estrada entre Brusque e Itajaí, que havia ajudado a construir (Hering, 1987, p.139). Blumenau e arredores receberam investimentos numa ferrovia apenas a partir de 1909, mesmo assim com capital privado em sua fase inicial. Com a estatização, a estrada foi estendida algumas dezenas de quilômetros na direção do planalto catarinense, com altos benefícios econômicos para toda a região. Infelizmente, o objetivo de integrar a colônia à rede nacional de ferrovias nunca foi atingido. A chegada da era das rodovias ao Brasil sepultou o projeto.

Apenas Joinville teve o benefício de um ramal ferroviário integrado ao sistema nacional a partir de 1910. Joinville já tinha o benefício da Estrada Dona Francisca, construída entre 1858 e 1883 e que ligou a colônia com o planalto paranaense e o respectivo mercado de exportação de erva-mate (Ternes, 1984), certamente facilitando o desenvolvimento posterior de suas indústrias têxtil e mecânica. A cidade também está posicionada a poucos quilômetros do porto de São Francisco, com acesso por via fluvial.

4.3. A evolução da indústria têxtil de 1880 a 1914

Independentemente das hipóteses avançadas para explicar o avanço do setor têxtil e a própria industrialização do Estado de Santa Catarina, há uma quase unanimidade de que o período da I Guerra Mundial foi crucial para esse avanço. Nesse período, houve dificuldades de importações de forma generalizada. Com isso, a substituição de importações na área têxtil,



Figura 1 - Santa Catarina - Participação dos produtos têxteis nas vendas para fora do Estado

Fonte: calculado com base em Goularti Filho (2002, p.435).

que já vinha ocorrendo, aprofundou-se. A participação de tecidos, fios, roupas e meias nas exportações do Estado, nesse caso apenas vendas interestaduais¹¹, mudam de 1,5% em 1913, à véspera do início da guerra, para 7% em 1914 (Goularti Filho, 2002, p.435). Mesmo depois da guerra, a participação aumenta, atingindo 14% em 1927. Portanto, essas evidências, ilustradas na Figura 1, são consistentes com a consolidação do setor têxtil no Estado a partir da I Guerra Mundial, tendo esse setor uma crescente participação na balança comercial estadual.

Contudo, essa evidência considera apenas a evolução do setor dentro do Estado. A evolução da indústria em relação ao resto do Brasil não necessariamente teria sido diferenciada. Essa é hipótese proposta neste artigo.

Para verificá-la, fez-se um levantamento da evolução do número de teares das fábricas estudadas por Hering (1987). Embora os dados estejam em várias passagens do texto, foi possível estimar um limite inferior da trajetória de crescimento dos investimentos nesse tipo de capital, conforme consta do Anexo e na Figura 2, essa em termos relativos. Escolheu-se o ano de 1885 como o ano-base, portanto as duas séries cruzam-se ali. Deve-se lembrar que nem todas as empresas de Santa Catarina foram consideradas, e isso significa que quanto mais se avança no tempo maior é a possibilidade da subestimação. No entanto, a série brasileira, compilada por Stein (1957, Anexo 1), também tem esse problema, especialmente no período considerado. Assim, é bastante provável que a margem de erro da comparação seja pequena.

¹¹ Segundo Bossle (1988, p.83), Santa Catarina só alcança o mercado externo de produtos têxteis na década de 1930.

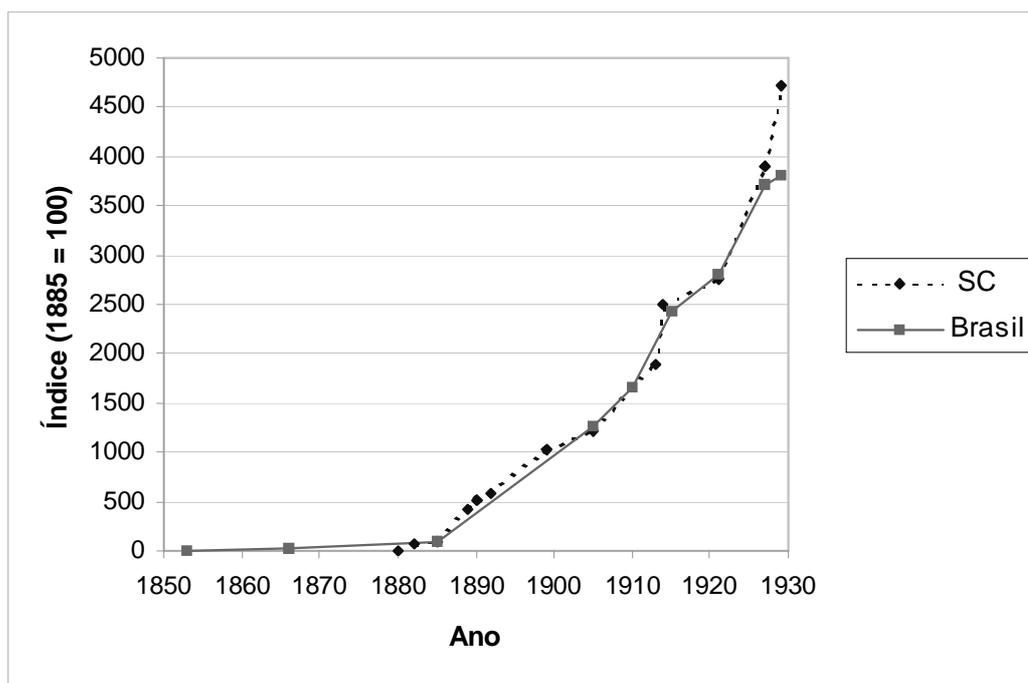


Figura 2 - Indicadores do número de teares de Brasil e Santa Catarina — 1853-1929

Fonte: cálculos a partir do Anexo.

A primeira coisa que chama a atenção é a semelhança de trajetórias relativas entre o setor têxtil catarinense e o setor brasileiro. Apesar de o setor têxtil catarinense ter se desenvolvido com financiamento local e demanda regional nas primeiras décadas, claramente seu crescimento teve trajetória similar ao que ocorria no resto do país. Entre 1885 e 1905, a linha de evolução do estoque de teares aparentemente mostra um maior crescimento em Santa Catarina do que no país, mas ao final do período os relativos praticamente coincidem. O número de teares, nessas duas décadas, é multiplicado por 12,5 em Santa Catarina contra 12,2 no Brasil. É bastante provável que o aparente descolamento do início da República reflita apenas a falta de dados naqueles anos para o país. Pode-se deduzir que as boas expectativas de retorno de investimentos, por conta do ambiente macroeconômico republicano, foram generalizadas para todo o país. A indústria têxtil que havia surgido nas colônias do nordeste catarinense talvez tenha apenas sido levada pela grande onda que carregou o setor têxtil brasileiro.

Quanto ao impacto da I Guerra Mundial sobre o setor têxtil, a coincidência é também significativa. Entre 1905 e 1921, que reflete a situação do pós-guerra, com investimentos feitos dentro das expectativas de manutenção dos altos lucros criadas durante a guerra, o número de teares no Brasil cresce 124% enquanto que em Santa Catarina, 125%. Stein (1957, p.118) e Fishlow (1977) usam a explicação dos altos lucros, decorrentes da operação a plena capacidade durante a guerra, para o aumento de investimentos no pós-guerra. Bossle (1988, p.54 e 73), com base nesses autores, explica do mesmo modo a consolidação do setor em Santa Catarina a partir do pós-guerra. A autora, de fato, mostra que todos os principais produtos exportados pelo Estado tiveram crescimento significativo no período.

Uma possível conclusão é que a crescente importância da indústria têxtil no Estado de Santa Catarina, tanto na economia estadual como em sua pauta de exportações inter-regionais, a partir da década de 1890, basicamente reflete o crescimento nacional do setor. Isso ocorre

apesar do pequeno tamanho do setor têxtil catarinense em relação ao país, uma vez que se está falando em apenas 0,5% de participação na quantidade de teares brasileiros, tanto em 1905 como em 1921. Os eventuais empresários schumpeterianos do setor têxtil de outras partes do Estado de Santa Catarina, em especial os açorianos do litoral, devem ter operado em períodos e em locais desfavoráveis às iniciativas empresariais desse setor.

4.4. A dotação de fatores e a evolução institucional

Mas esse paralelismo entre o crescimento, estadual e nacional, da indústria têxtil não ajuda a explicar quais foram as condições favoráveis ao sucesso dos empreendimentos na zona de colônia. Essa questão tem a ver com o fato de a modernização do setor têxtil ter ocorrido na colônia em vez de no litoral, onde desde o século XVIII, na era da colonização açoriana, como visto acima, já era comum essa atividade em forma artesanal. Em função disso, explora-se na seqüência a hipótese das dotações com o caso catarinense, embora de forma limitada, pois aqui o foco é apenas no setor têxtil algodoeiro.

Há alguma similaridade entre a colonização do nordeste catarinense no século XIX e a do Canadá e do norte dos Estados Unidos. Em primeiro lugar, em ambas as regiões, ocupou-se o território para fins de povoamento.¹² O modelo seguido foi o da pequena propriedade. Os colonos não eram posseiros. No caso de Blumenau e arredores, os colonos adquiriram formalmente seus sítios, embora com preços baixos. O território ocupado, no vale do Rio Itajaí, cercado por serras, era inadequado para a produção agrícola em grande escala. Tentativas de produzir café, algodão e rami não prosperaram (Hering, 1987).

Esse contexto de pequenas propriedades é usado como uma das explicações para os bons índices de distribuição de renda do Estado em comparação com o resto do Brasil. Por exemplo, Costa (1977, p.63), em seu estudo do Censo Demográfico de 1970, constatou que o Estado de Santa Catarina tinha a segunda posição entre os Estados brasileiros com a renda pessoal menos concentrada. Esse estudo agrupou os Estados em dois grupos, os ricos e os pobres, com base na renda per capita. O Estado de Santa Catarina era o melhor colocado entre os mais ricos.

A pequena propriedade, associada a uma distribuição de renda mais igualitária, tem a vantagem de criar um mercado ampliado para produtos manufaturados, cujo valor médio depende naturalmente da renda per capita. Na medida em que a renda sobe, a sofisticação dos produtos demandados sobe. A demanda de tecidos e malhas foi crescente desde o início em toda a zona de colônia, dando o pontapé inicial nas indústrias. Com isso, foi possível ir além do mercado dos panos grossos, como ocorria em áreas de grandes propriedades voltadas para a monocultura de exportação. O relativo isolamento das colônias facilitou também a instalação de pequenas fábricas, baseadas no financiamento próprio e nas poupanças locais.

Um elemento favorável aos autores que enfatizam o aspecto cultural da etnia alemã, tem a ver com o nível educacional. Havia muitos colonos com treinamento técnico, embora preparados para atividades artesanais, mas facilmente adaptáveis para a operação de máquinas um mais sofisticadas. Desde o início, houve também a preocupação da direção da colônia em prover a instrução básica, tal como era praticada em seu país de origem, em parte motivada pelo protestantismo das primeiras levas de imigrantes.

¹² É marcante o fato de o planalto catarinense ter características de área de pecuária, então com predominância de grandes fazendas, na realidade o tipo dominante no Brasil. Isso coincide com um dos três tipos de colônia mencionados na teoria das dotações, como discutido acima.

Do ponto de vista político, o poder econômico pulverizado facilitou a ascensão política dos comerciantes e industriais. Com isso, eles puderam garantir o apoio público pelo menos local para suas atividades. Em nível estadual, os imigrantes alemães foram beneficiados talvez mais por acidentes históricos do que por outra coisa. Senão como explicar sua rápida ascensão, contra os interesses das regiões mais antigas do Estado, em especial a região de agropecuária do planalto catarinense, centrada na cidade de Lajes, que representava o tipo de dotação de fatores mais comum no país? Foi a ascensão meteórica de Lauro Miller, descendente dos imigrantes de 1829, nascido em Itajaí, mas com fortes laços blumenauenses. Tendo optado pela carreira militar, era ajudante de ordens do Mal. Deodoro da Fonseca no período da proclamação da República. Aos 26 anos, foi nomeado interventor provisório em Santa Catarina. Por várias décadas, tornou-se, juntamente com outro militar de origem germânica, Felipe Schmidt, também republicano de primeira hora, uma das figuras dominantes na política estadual, tendo sido governador. Lauro Miller ocupou, em nível nacional, os cargos de Ministro da Viação e Ministro das Relações Exteriores (Seyferth, 1999, p.76). A influência da região de colônia na política estadual torna-se, em consequência, muito forte, talvez até desproporcional ao seu eleitorado. Isso certamente trouxe benefícios na forma de tributação e de gastos públicos de apoio ao desenvolvimento econômico, embora não de forma generalizada, como visto acima na evolução dos modos de transporte.

Uma complicação para a explicação da evolução institucional condicionada pelas dotações de fatores está no fato de a manufatura têxtil artesanal dos açorianos, do século XVIII, não ter ressurgido, assim como o fato de a colônia alemã de São Pedro de Alcântara nem ter começado pequenas indústrias. No caso dos açorianos, embora houvesse a promessa de receberem terras, isso não se cumpriu. O desenvolvimento da indústria pesqueira da baleia absorveu boa parte desses imigrantes, e eles se espalharam pelo litoral (Piazza, 1983, p.152). Apesar de desenvolverem o artesanato têxtil, como mencionado acima, estavam há muito tempo comprometidos com outras atividades em meados do século XIX.

A colônia de São Pedro de Alcântara, também discutida acima, foi um caso em que a colônia fracassou de início, não chegando a criar um mercado local grande o suficiente, que pudesse servir de base para a criação de uma indústria artesanal. Curiosamente, havia entre os colonos de São Pedro aproximadamente cem ex-militares, que haviam servido como mercenários do exército imperial brasileiro. Isso refletia o propósito de colonização para fins de defesa do caminho de Florianópolis ao planalto catarinense. É bastante provável que Lauro Miller fosse descendente de pelo menos um desses militares, assim como Felipe Schmidt. Como se mencionou acima, Miller e Schmidt eram militares ligados ao movimento republicano, tendo sido fundamentais para a ascensão das lideranças germânicas em Santa Catarina.

A teoria das dotações e da evolução institucional, na verdade, tem um horizonte temporal muito mais longo do que algumas décadas. Na explicação do desenvolvimento econômico catarinense, considera-se um período de 70 anos, de 1850 a meados da década de 1920. Em termos evolucionários, não houve tempo para mudanças institucionais significativas e diferenciadas de outras regiões do Estado e do país, mesmo porque a alta centralização legal brasileira não permitiria isso. Assim, em termos evolucionários, o surgimento da indústria catarinense pode ter sido um mero acaso, pela iniciativa de alguns empresários que prosperaram, como em tantos outros locais do país no período. Em defesa das vantagens étnicas, pode-se mencionar a mais fácil transferência de tecnologia alemã, em concorrência com a tecnologia inglesa e americana que já atendia as demais empresas têxteis brasileiras. Isso viabilizou, numa combinação favorável de causas, um conjunto de empresas, que posteriormente pôde crescer graças às boas condições macroeconômicas do país. Houve ciclos econômicos favoráveis e um tipo de apoio estatal menos voltado às questões de defesa

militar do país e mais voltado para os gastos de apoio ao desenvolvimento econômico, reforçado pela forte influência dos comerciantes e industriais do nordeste catarinense sobre a política estadual.

Em resumo, a colonização na forma de pequenas propriedades, num território inadequado para a agricultura ou pecuária de grande escala, esteve associada à pequena indústria. Uma delas foi a indústria têxtil, que uma vez estabelecida na colônia pôde crescer juntamente com esse setor em nível nacional.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa objetivou principalmente identificar o surto de desenvolvimento da indústria têxtil Blumenauense da última década do século XIX até meados da década de 1920, partindo do pressuposto de que houve um surto de industrialização desse mesmo setor na indústria brasileira.

Diversas teorias que abordam explicações do desenvolvimento econômico da economia catarinense foram discutidas. Além das hipóteses mais conhecidas sobre as origens da indústria têxtil no nordeste catarinense, apresentou-se uma hipótese baseada nos efeitos de longo prazo da dotação de fatores sobre a evolução institucional.

Embora a indústria têxtil colonial tenha se voltado inicialmente para o mercado regional, aos poucos ela conseguiu espaço no mercado nacional. Isso foi válido especialmente para produtos que preenchiam um nicho mais limitado, substituindo importações de artigos de malha, bordados e toalhas felpudas. Nessa fase inicial, as fontes de financiamento foram de caráter local, principalmente os lucros de atividades comerciais e poupanças dos colonos aplicadas num sistema bancário informal. A economia catarinense mostrou-se, assim, independente do centro dinâmico, o eixo Rio-São Paulo. Esse isolamento fez com que Blumenau experimentasse a política de substituição de importações mais cedo do que no restante do país, articulando-se posteriormente com o mercado nacional.

O trabalho reúne dados para verificar a ligação entre o crescimento da indústria têxtil Blumenauense e brasileira. Pela comparação da quantidade de teares em operação no Brasil e em Blumenau e Brusque, conclui-se que a evolução é similar nos dois casos. Isso é notável pelo fato de que o surgimento da indústria decorreu de características locais, pela ação de empresários que se encaixam na visão schumpeteriana. Mas o crescimento posterior foi fortemente dependente do que ocorria no resto do país, em termos de demanda e das possibilidades de substituição de importações.

O agrupamento de empresas têxteis surgido no nordeste catarinense lembra bastante o que ocorreu nos EUA e no Canadá, do ponto de vista de dotação de fatores. Foram colônias de povoamento, baseadas na pequena propriedade, geradoras de um mercado local de produtos manufaturados de indústrias tradicionais. Uma vez criadas as empresas, seu crescimento e consolidação foram puxados pela favorável conjuntura macroeconômica nacional. Uma extensão natural deste estudo seria aprofundar o teste da hipótese das dotações para todos setores industriais do Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AX-WILHELM, Michael. *Desenvolvimento Sócio-Econômico: Um Ensaio Comparativo sobre Blumenau e São Pedro de Alcântara (1828-1940)*. Florianópolis, ago. 1999. Monogr. (Bach. em Economia) - UFSC.

AX-WILHELM, M.; SANSON, J.R. O imigrante germânico e o desenvolvimento econômico de São Pedro de Alcântara e de Blumenau. *Atualidade Econômica*, Florianópolis, ano 14, n.41, p.9-12, jan./mar.2002.

BOSSLE, Ondina P. *História da Industrialização Catarinense: Das Origens à Integração no Desenvolvimento Brasileiro*. Florianópolis: CNI / FIESC, 1988.

CEAG-SC (Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina). *Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: Estudo das Alterações Estruturais (Século XVII - 1960)*. Florianópolis: CEBRAE / CEAG-SC / CODESUL / SIC-SC / BRDE / BADESC / BESC / PROCAPE, 1980.

CIA. HERING: Empresa. Disponível em: www.ciahering.com.br. Acesso: 13/11/2005.

COSTA, Ramonaval A. *Distribuição da Renda Pessoal no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

CUNHA, Idaulo J. *Evolução Econômico-Industrial de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo: 1880-1945*. 3.ed. São Paulo: Difel, 1979.

FALCON, Francisco J. C. O império luso-brasileiro e a questão da dependência inglesa - um estudo de caso: a política mercantilista durante a Época Pombalina, e a sombra do Tratado de Methuen. *Nova Economia*, v.15, n.2, p.11-34, mai.-ago. 2005.

FISHLOW, Albert. Origens e conseqüências da substituição de importação no Brasil. In: VERSIANI, F. R.; BARROS, J. R. M. de (org.). *Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

GIESBRECHT, Ralph M. *Estações Ferroviárias do Estado de São Paulo: Estações em Santa Catarina*. Disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br/efsc/blumenau.htm. Atualização: 27.11.2004. Acesso: 16.11.2005.

GOULARTI FILHO, Alcides. *Formação Econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

HABER, Stephen. Financial markets and industrial development: A comparative study of governmental regulation, financial innovation, and industrial structure in Brazil and Mexico, 1840-1930. In: HABER, S. (org.) *How Latin America fell Behind*. Stanford: Stanford University Press, 1997. P.146-178.

HERING, M. L. Renaux. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí: O Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. Blumenau: Editora FURB, 1987.

ITAJAÍ. *História do Município*. Disponível em: www.cifrantiga.hpg.ig.com.br/Itajai/itajai.html. Acesso: 16.11.2005.

LEFF, Nathaniel H. *Subdesenvolvimento e Desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1991. 2 vol. Original em inglês de 1982.

LIMA, Juliana D. Surto de Industrialização do Setor Têxtil a partir de 1880: Um Estudo Comparativo entre Blumenau e o resto do Brasil. Florianópolis, 2003. Monogr. (Bach. em Economia) - UFSC.

MAMIGONIAN, Armen. *Brusque: Estudo de Geografia Urbana e Econômica*. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1960. *Apud* Michels (1993). [1965]

MATTOS, F. Marcondes de. *A Industrialização Catarinense: Análise e Tendências*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1968.

MICHELS, Ido L. *Uma Crítica à Economia Política Catarinense*. Campina Grande, 1993. 331 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Paraíba.

MICHELS, Ido L. *Crítica ao Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. Campo Grande: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 1998.

- NORTH, Douglass C.; THOMAS, Robert P. *El Nacimiento del Mundo Occidental: Una Nueva Historia Económica (900-1700)*. México: Siglo Veintiuno, 1980. Original em inglês de 1973.
- PIAZZA, Walter F. *Santa Catarina: Sua História*. Florianópolis: UFSC / Lunardelli, 1983.
- RATNER, Sidney; SOLTOW, James H.; SYLLA, Richard. *The Evolution of the American Economy: Growth, Welfare, and Decision Making*. New York: Basic Books, 1979.
- SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas.) Original em alemão de 1911.
- SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. *Mana*, v.5, n.2, p.61-88, 1999.
- SILVA, Etienne L. *O Desenvolvimento Econômico Periférico e a Formação da Rede Urbana de Santa Catarina*. Porto Alegre, 1978. 155 p. Dissertação (Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional) — UFRGS.
- SINGER, Paul I. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. 2.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.
- SOKOLOFF, Kenneth L.; ENGERMAN, Stanley L. Institutions, factor endowments, and paths of development in the New World. *Journal of Economic Perspectives*, v.14, n.3, p.217-232, Summer 2000.
- STEIN, Stanley. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Original em inglês de 1957.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira – Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SUZIGAN, W. *Indústria Brasileira – Origem e Desenvolvimento*. Nova ed. São Paulo: Editora da UNICAMP / Hucitec, 2000.
- TERNES, Apolinário. *História de Joinville: Uma Abordagem Crítica*. 2^a.ed. Joinville: Meyer, 1984.
- VILLELA, André. Política tarifária no II Reinado: evolução e impactos, 1850-1889. *Nova Economia*, v.15, n.1, p.35-68, jan./abr. 2005.

Anexo — Número de teares das principais empresas têxteis
do Estado de Santa Catarina - 1880-1929

Ano	Hering	Karsten	Garcia	Renaux	Buettner	Santa Catarina*	Brasil
1853							178
1866							346
1880	1					1	-
1882	-	6				7	-
1885	-	-	3			10	2.111
1889	-	-	32			42	-
1890	10	-	-			51	-
1892	-	-	-	8		59	-
1899	-	-	-	51		102	-
1905	30	-	-	-		122	26.420
1910	-	-	-	-		-	35.000
1913	-	-	100	-		190	-
1914	90	-	-	-		250	-
1915	90	-	-	-		250	51.134
1921	-	-	-	-	25	275	59.208
1927	-	-	216	-	-	391	78.373
1929	170	-	-	-	-	471	80.336

Fonte: Hering (1987, *passim*), para Santa Catarina; Stein (1957, Ap.1), para Brasil.

Nota: * Obteve-se o estoque de teares do Estado pelos acréscimos em cada período.

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 01/08 - MATTEI, Lauro Francisco. Programa Nacional para Produção e uso do BIODIESEL no Brasil (PNPB): Trajetória, Situação Atual e Desafios.

Nº 02/08 - MACHADO, Gerônimo Wanderley. A Transformação do Conhecimento em Produtos e Serviços: A Literatura Cinzenta e as Teses do PPGEP

Nº 03/08 - Lins, Hoyêdo Nunes. Geoeconomia e Geopolítica dos Recursos Energéticos no Capitalismo Contemporâneo.

Nº 04/08 - MATTEI, Lauro Francisco e VENTURI, Alize. Condições de Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho: Evidências a partir de Santa Catarina.

Nº 05/08 - LIMA, Juliana Daldegaç e SANSON, João Rogério. O Surto de Industrialização do Setor Têxtil a partir de 1880: Blumenau e Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Campus Universitário – Trindade
CEP 88.049-970 – Florianópolis - Santa Catarina
Tel.: (48) 3721.9458 – Fax (48) 3721.9776
<http://www.cse.ufsc.br/gecon>